

INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS EM RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO CREDITAG-RO

THE PERFORMANCE OF EXPORT CONSORTIA BRAZILIAN REGARDING COOPERATION, THE ACQUISITION OF INNOVATIONS AND EXPORT PERFORMANCE

Recebido 19/06/2012

Aceito 22/06/2012

Nilza Duarte Aleixo de Oliveira¹

Tania Nunes da Silva²

RESUMO

O presente artigo, derivado do projeto de tese defendido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem como objetivo apresentar uma proposta de framework que permita observar a presença de inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos. As cooperativas escolhidas para análise da relação de intercooperação são as do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária - CREDITAG em Rondônia. O estudo se configura como exploratório, com dados primários, coletados através de 11 entrevistas em profundidade, permitindo identificar as tecnologias sociais desenvolvidas, motivação para o empreendedorismo coletivo, despertando, nos cooperados, interesse por novas habilidades, projetando-se como um importante processo de inovação social.

Palavras-chave: Inovação social; Tecnologias sociais; Intercooperação; Agricultura familiar; Desenvolvimento sustentável

¹ Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia, lotada no Departamento de Ciências Contábeis, doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutorado em Administração. E-mail: nilza@unir.br

² Professora associada III da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGA/UFRGS. E-mail: tnsilva@ea.ufrgs.br

ABSTRACT

This paper derived from the thesis project defended by the Federal University of Rio Grande do Sul, aimed to propose a framework that allows the observation of the presence of social innovation, social technologies and collective entrepreneurship in interorganizational relationships. The cooperatives chosen to analyze the relationship of Inter-cooperation are the cooperatives of the Rural System of Credit Cooperatives of Family Farming and Economic Solidarity - CREDITAG in Rondônia. The study was set up as an experiment, with primary data collected through 11 in-depth interviews, to identify the social technologies developed, motivation for collective entrepreneurship, awakening new interest in cooperative skills and projecting itself as an important process of social innovation.

Keywords: Social innovation; Social technologies; Inter-cooperation; Family farming, Sustainable development

1 INTRODUÇÃO

Inovar, por questões econômicas e competitivas, tem sido, ao longo de décadas, o principal objetivo das empresas. Mas, diante da degradação ambiental e social constatada pelo acúmulo de lixo, pelos desastres ambientais e pela pobreza, muitas pessoas e organizações estão percebendo que os atuais modelos de fazer negócios são simplesmente insustentáveis. Diante desses problemas, uma das principais questões levantadas e discutidas diz respeito a como fazer as coisas de forma diferente para minimizar os impactos ambientais e sociais e, ao mesmo tempo, conciliar ganhos econômicos com os sociais e ambientais.

A construção de diferentes formatos associativos como meio de enfrentamento coletivo dos problemas sociais e ambientais tem sido uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores e produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo, já que nem o Estado nem as empresas oferecem soluções a essas necessidades, pelo menos no médio prazo.

O cooperativismo, cujos benefícios alcançam duplo e até mesmo triplo resultado – econômico, social e ambiental, para seus integrantes e comunidade local – pode ser citado como uma dessas alternativas. Assim, um dos mecanismos encontrados pelos agricultores familiares como forma de enfrentar as dificuldades tem sido a criação de formas alternativas de trabalho por meio da cooperação e da autonomia. Para isso, eles vêm constituindo empreendimentos coletivos como cooperativas, para que possam comercializar seus produtos, ter acesso a crédito, financiamentos e aquisição de insumos, para garantir a sobrevivência, melhor qualidade de vida e financiamento dos meios de produção.

Iniciativas dessa natureza introduzem um novo conceito de inovação, a “inovação social”, as mesmas evidenciam que é possível garantir, frente à abundância de recursos, a inserção produtiva para todos, com a agregação de novos valores e a construção de seres humanos melhores. Rollin e Vicent (2007) consideram a inovação social como alternativa que oferece novas oportunidades, com distribuição de renda de forma mais equitativa, diferenciando-se daquelas que enfatizam o aspecto tecnológico por não se enquadrarem na lógica de competitividade ou de atendimento dos caprichos dos clientes.

Destaca-se, também, que o cooperativismo, por empregar valores e princípios como ajuda mútua, solidariedade, gestão participativa, pode proporcionar o desenvolvimento de ações valiosas de tecnologias sociais no âmbito dos empreendimentos coletivos, as quais promovem a inclusão social, mobilizam territórios, apresentam alternativas nas mais diversas áreas e solucionam problemas de natureza social e econômica.

Estudos têm mostrado que o cooperativismo promove a inclusão social, a geração de

renda e, como forma de tornar-se ainda mais eficiente, utiliza-se do princípio da intercooperação para atender melhor a demanda do produtor, criar novas alternativas, promover ajuda mútua entre as cooperativas, na superação das dificuldades individuais (SCHÖNARDIE; FRANTZ, 2008; LAGO, 2009).

A intercooperação representa o ponto máximo de solidariedade das cooperativas, pois, associando-se umas às outras, ocorre melhor utilização dos serviços, permitindo a otimização dos resultados, gerando mais ganhos para os cooperados, e contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento humano de maneira inclusiva e integrada (OLIVEIRA, 2001), o que cria mais sinergia para o desenvolvimento de inovação social e tecnologias sociais.

A importância da intercooperação para o desenvolvimento das cooperativas é destacada por diversos autores (GALERANI; BASTIANE, 2002; OLIVEIRA, 2001; SCHÖNARDIE; FRANTZ, 2008; LAGO, 2009). No entanto, a prática da intercooperação ainda é incipiente no cooperativismo (LAGO, 2009). Estudos sobre a intercooperação podem contribuir para a prática desse princípio cooperativo, assim como fortalecer o modelo de gestão cooperativo, enfatizando os seus propósitos ao mesmo tempo em que proporcionam maior visibilidade às iniciativas regionais que estão contribuindo com o desenvolvimento das comunidades e o Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de framework que permita observar a presença de inovação social, das tecnologias sociais e do empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos. As cooperativas escolhidas para análise da relação de intercooperação são as cooperativas do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária - CREDITAG em Rondônia, com suas associadas, cooperativas de produção agrícola. A escolha deu-se pelos seguintes motivos: importância socioeconômica dos empreendimentos cooperativos para os cooperados e as comunidades circunvizinhas; importância dos empreendimentos coletivos para o Desenvolvimento Sustentável da região; e capacidade de geração de tecnologias sociais e de inovação social.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo foi organizado em nove seções: na primeira seção, são apresentadas as considerações iniciais e o objetivo do presente trabalho; na segunda seção, são apresentadas algumas discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável; na terceira seção, abordam-se os relacionamentos intercooperativos; na quarta seção, há a discussão acerca da inovação social; na quinta seção, trata-se de tecnologia social; na sexta seção, são apresentadas as relações entre inovação social, tecnologia social, empreendedorismo coletivo e Desenvolvimento Sustentável; na sétima, compreendem-se os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução da pesquisa; na oitava seção, aborda-se a análise dos resultados; na nona seção, apresentam-se as considerações finais e, por fim têm-se, as referências que serviram de base para o estudo.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável – DS tornou-se mais difundido para a sociedade em geral a partir de 1987, com a publicação do relatório *Our Common Future*, definido pela *World Commission on Environment and Development* - WCED como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987; MEBRATU, 1998).

Este conceito é resultado da crescente sensibilização frente aos problemas ambientais, ele expressa preocupações com problemas socioeconômicos, como a pobreza e a desigualdade.

de, assim como preocupação com um futuro saudável para as futuras gerações (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Expressa, também, uma insatisfação ao deixar evidente que o desenvolvimento baseado somente na dimensão econômica tornou-se impraticável e ocasionou sérios prejuízos à continuidade da vida, como a destruição ambiental e as desigualdades sociais, tendo ficado claro que os modelos de desenvolvimento no passado não conseguiram erradicar a pobreza, mas, pelo contrário, ocasionaram o seu crescimento a cada ano (PEDROZO; SILVA, 1999).

O ambiente era visto como externo à humanidade, para ser explorado e usado sem cuidados com a preservação. Prevaleceu o pensamento de que o conhecimento e a tecnologia poderiam vencer todos os obstáculos, incluindo os naturais e os ambientais, pensamento dominante do desenvolvimento convencional capitalista, da Revolução Industrial e da Ciência Moderna (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Para Mebratu (1998), a definição de DS contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, em particular as necessidades dos mais pobres, aos quais deve ser dada prioridade absoluta; e a ideia de limitações, referindo-se à capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras. Na visão desse autor, ao fazer isso, a Comissão sublinha a forte ligação entre redução da pobreza, melhoria ambiental e equidade social, e crescimento econômico sustentável.

Na concepção de Robinson (2004), a mensagem central do relatório de Brundtland está na integração das dimensões ambiental, social e econômica, o que abrange o desenvolvimento de novos conceitos, métodos e ferramentas que criam sinergia com a organização social e política. E, além da integração entre as dimensões, deve haver, também, a integração dos setores da sociedade e o desenvolver de novas formas de aprendizagem social. Para Bagheri e Hjorth (2007), o processo de aprendizagem social é reconhecido como o mais importante na construção do Desenvolvimento Sustentável.

Assim, o Desenvolvimento Sustentável está apoiado na convergência das dimensões econômica, social e ambiental, que se inter-relacionam, formando o chamado Tripple Bottom Line.

Mauerhofer (2008), ao apresentar o triângulo 3-D da sustentabilidade, introduz e hierarquiza critérios para a avaliação das três dimensões básicas da sustentabilidade: ambiental, social e econômica. O triângulo representa a biosfera global, com todos os seus recursos naturais, é ele quem mantém o equilíbrio da vida. Dessa forma, comprometê-lo significa comprometer, também, a dimensão econômica e social da sustentabilidade.

O triângulo 3-D da sustentabilidade está evidenciado na figura 1. A base do triângulo é formada por três círculos representando o capital ambiental, social e econômico. O círculo externo representa o capital natural, o intermediário o capital social, e o interno o capital econômico. O capital econômico no centro da base não indica qualquer prioridade ou grau de importância, mas indica que o capital ambiental e social é condição para o capital econômico operar. Estes três círculos mostram a quantidade de ativos que cada um desses elementos possui. As barras sobre cada um dos círculos evidenciam a capacidade e o nível de utilização dos ativos, e o triângulo horizontal formado sobre as três barras representa a sustentabilidade, ou seja, o equilíbrio ou desequilíbrio do sistema como um todo, representando também os níveis de efetividade e eficiência social e ambiental que todo o sistema está produzindo.

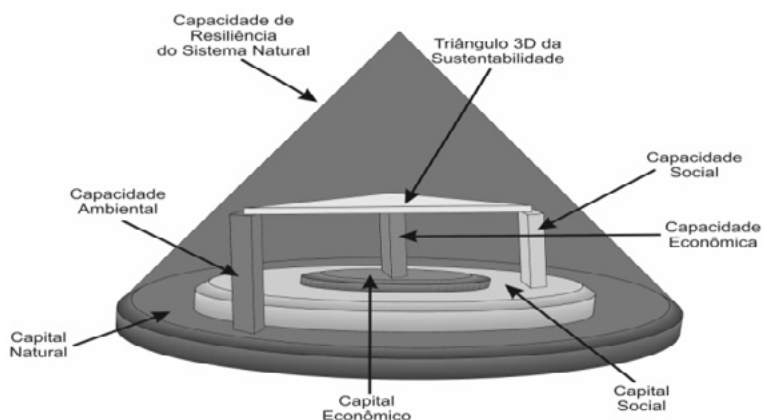


Figura 1 - Triângulo 3-D da sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Mauerhofer (2008, p. 498)

Assim, a figura 1 evidencia a inter-relação entre as dimensões ambiental, social e econômica, para o equilíbrio da sustentabilidade do planeta como um todo. Se a biosfera for comprometida, o mesmo ocorrerá com o sistema social e econômico, inviabilizando a vida humana no planeta. Indica, também, que o capital natural apresenta limites para absorver os efeitos da atividade humana e não deve ser visto como um recurso inesgotável e externo no contexto do desenvolvimento (ROBERT, 2000, SACHS, 2008; SACHS, 2009).

Sachs (2002) cita outras cinco dimensões que, em sua opinião, fortalecem o Desenvolvimento Sustentável: territorial, cultural, ecológica, política nacional e política internacional. Outras três dimensões são sugeridas por Silva (2010): humana, espiritual e ética.

Considerando-se o desenvolvimento de forma multidimensional, os objetivos gerais do Desenvolvimento Sustentável devem ser, na opinião de Maser; Astier e López-Ridaura (2000):

1. Assegurar a satisfação das necessidades humanas essenciais, priorizando as necessidades dos mais pobres;
2. Promover a diversidade cultural e o pluralismo;
3. Reduzir as desigualdades entre indivíduos, regiões e países;
4. Conservar e ampliar a base de recursos existentes;
5. Aumentar as possibilidades de adaptação a perturbações naturais e antropogênicas;
6. Desenvolver tecnologias eficientes e de baixo consumo de recursos, que sejam adaptadas às circunstâncias socioecológicas locais e que não signifiquem riscos importantes para as gerações presentes e futuras;
7. Gerar estruturas produtivas de distribuição e consumo, que contemplem os serviços e bens necessários, propiciem o emprego total do trabalho com sentido, com a finalidade de melhorar as capacidades de desenvolvimento dos seres humanos.

Para Hopwood, Mellor e O'brien (2005), o Desenvolvimento Sustentável, em sua essência, possui potencial para enfrentar as problemáticas e desafios da humanidade, agora e no futuro. Para isso, segundo os autores, a proposta de Desenvolvimento Sustentável precisa de mais clareza de sentido, concentrando-se nos meios de subsistência sustentáveis e sustentabilidade ambiental no longo prazo, o que requer uma base forte em princípios que integrem o social e ambiental ao capital humano.

A mudança de comportamento humano pode ser um ponto de partida para garantir um caminho sustentável para o futuro. Esse caminho sustentável deve incorporar processos participativos, a partir de iniciativas locais lançadas e geridas pelas comunidades, podendo tornar-se ferramentas de sucesso para combater problemas sociais e ambientais (IYER-RANIGA; TRELOAR, 2000).

As iniciativas inovadoras estão associadas com a criação de alternativas para adaptação às mudanças e com as vocações econômicas, em que os atores, por meio de uma visão empreendedora, percebem oportunidades e as transformam em ações para o benefício da comunidade e para o desenvolvimento.

Rollin e Vicent (2007) consideram a inovação social como alternativa que oferece novas oportunidades, com distribuição de renda de forma mais equitativa. Para o Desenvolvimento Sustentável, a geração de inovações sociais pode ser considerada essencial, pois contribui com a criação e distribuição de riqueza, especialmente, entre os mais pobres. E, como exemplo de iniciativas coletivas, podem-se citar os relacionamentos intercooperativos que, por estarem inseridos em um modelo de organização que tem como propósito o desenvolvimento socioeconômico de seus membros, apresentam potencial de contribuir com o desenvolvimento humano de maneira inclusiva e integrada. Tais relacionamentos proporcionam, também, condições de gerar inúmeras tecnologias sociais, por meio da construção de alternativas coletivas de enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais.

3 RELACIONAMENTOS INTERCOOPERATIVOS

A Cooperação entre Cooperativas é uma prerrogativa do modelo de gestão cooperativista, o sexto princípio que norteia o modelo. A intercooperação potencializa, a nível macro, a cooperação inerente às cooperativas. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2011), as cooperativas, trabalhando em conjunto, servem de forma mais eficaz os seus membros e, por extensão, dão mais força ao movimento cooperativo, apoiando-se por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

O princípio da intercooperação foi introduzido no modelo cooperativista pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, em 1966, sendo que Leite (2010) considera intercooperação toda e qualquer relação entre cooperativas.

A intercooperação visa a promover o desenvolvimento do cooperativismo, para que as cooperativas possam se desenvolver em um ambiente de intensa competitividade, oportunizando aos seus cooperados melhoria da condição socioeconômica (OCB, 2011). Isso pode ocorrer entre sociedades cooperativas do mesmo ramo ou de ramos diferentes, associando-se umas às outras para melhor utilização dos serviços, permitindo a otimização dos resultados.

A estratégia de cooperação interorganizacional é uma tentativa de fazer com que a organização alcance seus objetivos através da cooperação com outras empresas, em vez da competição entre elas, concentrando-se todos os esforços nos benefícios que podem ser obtidos por meio da cooperação, assim como no seu gerenciamento. As estratégias de cooperação interorganizacional podem oferecer vantagens significativas ao compartilharem competências, recursos,

conhecimentos, estabelecendo vínculos complementares de habilidades e outras oportunidades mútuas (CHILD; FAULKNER; TALLMAN, 2005).

Nesse sentido, a intercooperação pode ser considerada uma estratégia cooperativista, que permite a possibilidade de mobilização das cooperativas na defesa de seus interesses. Para Galerani e Bastiane (2002), a cooperação e a integração cooperativa representam não somente uma resposta de adaptação ao ambiente pela competição da economia e de mercados, mas representa, também, o ponto máximo de solidariedade das cooperativas. Esse tipo de estratégia possibilitará colaborar com outras cooperativas, assim, suas atividades podem ser bem mais desenvolvidas e operacionalizadas, na busca de resultados comuns e compartilhados (OLIVEIRA, 2001).

Na opinião de Leite (2010), estabelecer relações intercooperativas é considerado uma regra de sobrevivência para o movimento cooperativo. Se as cooperativas não trocarem experiências, não se preferirem entre si, não partilharem experiências e conhecimentos, não há movimento cooperativo, mas outra experiência associativa, com realização de interesses que ficarão esquecidos quando os mesmos dissiparem.

No entanto, a intercooperação ainda é uma prática tímida para as cooperativas, assim como a literatura sobre seus conceitos e práticas (LAGO, 2009).

Nos estudos sobre a intercooperação, Lago (2009) identificou alguns motivos que levam as cooperativas a não intercooperarem no tocante a recursos humanos e ao modelo cooperativista. Quanto aos recursos humanos: vaidades pessoais; falta de visão do negócio; falta de liderança; desconfiança; falta de comunicação.

No que diz respeito às razões da não intercooperação que envolvem o sistema cooperativo, Lago (2009) identificou os seguintes motivos: falta de regulamentação; monitoramento e controle da situação das cooperativas; persistência da invasão da área de atuação.

Após a identificação das razões que levam a não cooperação entre cooperativas, Lago (2009) propôs algumas sugestões, no sentido de contribuir para resolver os problemas da intercooperação. Quanto aos recursos humanos: ações de comunicação constante; treinamentos; preparação de lideranças; profissionalização da gestão. Quanto ao sistema cooperativo, propôs as seguintes sugestões: atuar de modo mais forte, para intervir nas cooperativas com problemas; delimitar e abolir a invasão de área; rever a participação democrática em relacionamentos intercooperativos.

A geração de benefícios é considerada uma importante alternativa para a resolução dos problemas de relacionamentos interorganizacionais. Assim, uma das principais preocupações para a manutenção e satisfação das empresas participantes deve ser a introdução de novos benefícios, podendo ocorrer de forma mais ou menos intensa, mas que seja um processo contínuo. A diminuição da relação custo-benefício pode desencadear motivos que venham a desestabilizar os relacionamentos (quebra de confiança, incapacidade de gerenciamento) (PEREIRA *et al.*, 2010).

A geração de benefícios por meio da criação de novas ações está integrada à ideia de inovação. Inovar, portanto, é fator central para a geração de novos benefícios. Assim, pode-se dizer que a principal variável que afetará o comportamento dos relacionamentos cooperativos entre empresas é o grau de inovação. A inovação torna-se o propulsor da sustentabilidade dos relacionamentos interorganizacionais, da mesma forma que em outros tipos de arranjos organizacionais (PEREIRA *et al.*, 2010).

Lèvesque (2004) menciona que, no campo do empreendedorismo coletivo, a inovação social surge como ações para dar respostas às necessidades não satisfeitas em aspectos econômicos e sociais, tais ações incentivam a participação e a gestão democrática, dando origem a novas formas de organização (NOVKOVIC, 2008).

Assim, permite-se dizer que os relacionamentos interorganizacionais são estratégias

indutoras de inovação. E a inovação, em consonância com os objetivos organizacionais, pode ocorrer de duas formas: inovação tecnológica e não tecnológica. Para as organizações de natureza econômica, os objetivos dos relacionamentos interorganizacionais estão mais propensos à criação e ao desenvolvimento de inovações tecnológicas (produto e processo), e menos intensos no que diz respeito às inovações não tecnológicas (social, ambiental, *marketing*, organizacional e interorganizational). Já para as organizações de natureza econômica e social, como as organizações do modelo de gestão cooperativo (modelo socioeconômico), nas relações de intercooperação, as inovações visam a alcançar a dimensão econômica, social e até ambiental, pois somente alcançam seus objetivos a partir da realização econômica e social de seus membros.

4 INOVAÇÃO SOCIAL

O termo “inovação social”, com a intenção de fazer referência às mudanças sociais que visem à satisfação das necessidades humanas, segundo Cloutier (2003), foi utilizado pela primeira vez por Taylor (1970), referindo-se à inovação social como sendo novas maneiras de fazer as coisas com o propósito explícito de responder às necessidades sociais, por exemplo: a pobreza e a criminalidade.

Já no viés empresarial, Moulaert et al. (2005) mencionam que Schumpeter foi o primeiro a destacar a necessidade de inovações sociais para garantir a efetividade econômica de uma organização, estando estas paralelas às inovações tecnológicas. Inovações que representam mudanças no capital social e humano, que levam ao aumento da produtividade e por extensão, à competitividade, ou seja, o lado social da inovação tecnológica, relacionado com a participação e gestão de talentos (MORALES GUTIÉRREZ, 2009).

Apesar do descontentamento com o viés tecnológico e com as políticas de inovação e dos resultados positivos obtidos a partir de iniciativas de desenvolvimento local na Europa e na Austrália, a inovação social tornou-se tema principal de teorização do desenvolvimento humano, de estratégias de desenvolvimento local e de emancipação (MOULAERT et al., 2005).

Assim, na perspectiva de gerar mudança social, Mulgan *et al.* (2006, p. 11) referem-se à inovação social como “atividades e serviços inovadores que são motivados pela meta de um encontro com a necessidade social e que se difundem predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o social”. André e Abreu (2006, p. 124) entendem a inovação social como “uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social”.

Ainda sobre o conceito de inovação social, Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008) definem inovação social como sendo uma solução nova e útil para um problema social, respondendo de forma mais eficaz, eficiente e sustentável que as abordagens de inovação já existentes, favorecendo toda a sociedade com a criação de valor, ou seja, com ganhos coletivos em vez de privados, que reduzem as desigualdades sociais. Como exemplo de inovação social, os autores citam microfinanças e comércio justo.

Já para Castor (2007, p. 77), inovação social compreende a “a busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de “arranjos sociais alternativos” para produzir algo”. E define os arranjos sociais alternativos como sendo outras formas de organizar o esforço coletivo de produção, diferenciando das formas tradicionais de produção. Portanto, formas diferentes daquelas normalmente adotadas pelas empresas estritamente econômicas, cujo objetivo de constituição está focado no lucro e na competitividade.

Quanto às novas formas de organização da produção, Silva e Lengler (2008) citam as organizações de natureza coletiva como alternativa de inovação social, as quais destacam as coo-

perativas, as associações e os sindicatos. Melo e Froes (2002) citam as redes de cooperação, cujo objetivo visa à criação de projetos inovadores com fins econômicos e sociais.

O conceito de inovação social no sentido de gerar mudanças sociais remete à ideia de preocupação com a melhoria das condições de vida, de gerar oportunidades e proporcionar uma sociedade mais fraterna. Logo, a inovação social surge de um desejo ou de uma necessidade que não estão sendo satisfeitos pelo Estado, ou pelo mercado e que encontram, principalmente nos países em desenvolvimento, mais espaço de atuação, pelas condições de degradação da vida humana.

Dessa forma, a geração de inovação social, segundo André e Abreu (2006), deve simultaneamente atender a três requisitos: i) satisfação das necessidades humanas, não atendidas pelas vias convencionais, ou seja, o mercado; ii) como resultado, a promoção da inclusão social; e iii) a capacitação de atores sociais sujeitos, potencial ou efetivamente, a risco de exclusão/marginalização social, proporcionando uma mudança mais ou menos intensa das relações de poder.

Para Fleury (2001, p. 8), o processo de inovação social produz o efeito de reconstruir os sistemas de relações sociais, bem como a estrutura de regras e recursos que reproduzem tais sistemas. Portanto, segundo a autora, somente se fala em inovação social “quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder pré-existentes”.

Westley (2008), também, entende que a inovação social somente será bem sucedida quando provocar grande impacto social e for duradoura, ou seja, um efeito perturbador sobre o sistema social e as instituições sociais que regem a conduta, afetando, de forma fundamental, a distribuição de poder e recursos, as crenças básicas que definem o sistema, ou as leis e as rotinas que o direcionam. Para o autor, a inovação social é uma iniciativa, um produto, processo ou programa, que altera profundamente as rotinas básicas, recursos e fluxos de autoridade ou crenças de qualquer sistema social.

A formação de empreendimentos coletivos por pessoas que buscam a integração social e a inserção produtiva compreende um ambiente propício à geração de inovações sociais sustentáveis. Como forma de alcançar resultados duradouros, utiliza-se de tecnologias sociais com a finalidade de desenvolvimento social acessível à coletividade, cujos objetivos consistem em promover a inclusão social, mobilizar territórios, apresentar alternativas nas mais diversas áreas e solucionar problemas sociais, econômicos e ambientais.

A tecnologia social tem como um de seus objetivos justamente reverter a tendência colocada pela tecnologia do modelo capitalista convencional, como será evidenciado a seguir.

5 TECNOLOGIA SOCIAL

Sobre as origens do movimento de uma tecnologia alternativa à convencional, Dagnino, Brandão e Novaes (2004) remetem a origem do termo à Índia, a partir do conceito de tecnologia apropriada - TA. O termo foi utilizado pela primeira vez no final do século XIX, por Mahatma Gandhi. A expressão denominava as tecnologias tradicionais, que Gandhi procurou reabilitar como estratégia de luta contra o domínio britânico, que perpetuava na Índia.

Desde então, outras expressões foram utilizadas, fazendo referência à tecnologia apropriada como tecnologia alternativa, ecológica, adequada, socialmente apropriada, ambientalmente apropriada, etc., e, mais recente, a expressão tecnologia social – TS. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004)

O surgimento de tecnologia social ocorreu no Brasil, no início da primeira década do século XXI, que é onde a ideia de uma tecnologia alternativa à convencional tem recebido esta designação. Participam deste movimento atores preocupados com a crescente exclusão social, precarização e informalização do trabalho, que compartilham a percepção de que é necessária

uma tecnologia que corresponda a esses propósitos (DAGNINO, 2009).

O objetivo explícito dessas tecnologias é o de responder à problemática de desenvolvimento comunitário, promovendo a inclusão social com a geração de renda e de alternativas tecnoprodutivas, em cenários socioeconômicos caracterizados por situações de extrema pobreza (THOMAS, 2009).

Por isso, as discussões sobre o tema TS são frequentemente focadas na necessidade de modificar o padrão tecnológico sobre o qual está apoiada a sociedade contemporânea.

Tecnologia social vem sendo concebida como uma alternativa à tecnologia convencional e articula-se como uma proposta eficaz na solução de problemas sociais. Assim, tecnologia social pode ser definida como uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia, de forma orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de Desenvolvimento Sustentável (THOMAS, 2009).

Um dos conceitos mais difundidos de tecnologia social é o adotado pela Rede de Tecnologia Social - RTS, no qual a “tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2011a).

Para Fonseca (2010), um dos principais objetivos da TS é a transformação social, pois visa a dotar um dado espaço socioeconômico de aparatos tecnológicos (produtos, equipamentos, etc.) ou organizacionais (processos, mecanismos de gestão, relações, valores), permitindo interferir positivamente na produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida de seus membros, gerando resultados sustentáveis no tempo e reprodutíveis em configurações semelhantes.

O efeito inovador da TS não reside necessariamente no ineditismo. Repetir experiências de sucesso tenderá a ser um processo profundamente inovador com resultados também inovadores, e sua disseminação tende a gerar mudanças estruturais, principalmente no tocante à exploração dos recursos naturais e à distribuição social (FONSECA, 2010).

A reaplicação de TS consiste na ideia de que o processo é e/ou deve ser de reinvenção da própria TS de acordo com a realidade de cada local, o que permite a participação, apropriação, adaptação e a recriação do conhecimento a partir das referências locais, gerando resultados mais ricos e duradouros (FONSECA, 2010).

Dessa forma, a TS alcança ampla variedade de produções de tecnologias de produto, processo e organização: alimentos, moradia, energia, água potável, transporte, comunicações, crédito, entre outras (THOMAS, 2009).

Quanto à aplicação da TS direcionada para a produção coletiva, para Dagnino (2004), a tecnologia social deveria ter como base os empreendimentos, alcançando micro e pequenas empresas de forma a viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários, o que favoreceria os trabalhadores e também os pequenos proprietários em geral, não criando discriminação entre patrões e empregados, além de permitir a plena utilização do potencial criativo do produtor direto. Assim, a tecnologia social estaria mais conectada com a realidade das comunidades, oportunizando respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto.

Além dos elementos já citados e considerados centrais para atribuir a esta tecnologia o caráter de tecnologia social, destacam-se, também, segundo Instituto de Tecnologia Social - ITS (2007):

1. Quanto à sua razão de ser – a TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população;
2. Em relação aos processos de tomada de decisão – formas democráticas de tomada de decisão a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;

3. Quanto ao papel da população – há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos;
4. Em relação à sistemática – há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
5. Em relação à construção de conhecimentos – há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
6. Quanto à sustentabilidade – visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
7. Em relação à ampliação de escala – gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências. Gera, permanentemente, as condições favoráveis que dão origem às soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las.

Associando-se todas as características, os atributos e os atores envolvidos na geração de tecnologias sociais, são inúmeras as implicações e os resultados quando da aplicação da TS. Tecnologia Social, de acordo com ITS (2007) implica: compromisso com a transformação social, criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais, relevância e eficácia social, sustentabilidade socioambiental e econômica, inovação, organização e sistematização, acessibilidade e apropriação das tecnologias, um processo pedagógico para todos os envolvidos, diálogo entre diferentes saberes, difusão e ação educativa, processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação e construção cidadã do processo democrático.

O ITS (2007) destaca, também, os valores que as tecnologias sociais têm e buscam desenvolver nos ambientes em que atuam. São eles: inclusão cidadã, participação, relevância social, eficácia e eficiência, acessibilidade, sustentabilidade (econômica e ambiental), organização e sistematização, dimensão pedagógica, promoção do bem-estar e inovação.

Considerando-se os movimentos e iniciativas dos atores sociais que vêm discutindo e disseminando as TS, destaca-se a criação da Rede de Tecnologias Sociais – RTS no Brasil, no ano de 2005. A Rede de Tecnologia Social é uma iniciativa que reúne órgãos governamentais, empresas estatais, órgãos privados de fim público, universidades, ONGs e movimentos sociais. Cerca de oitocentas e noventa e seis instituições fazem parte dessa rede, com o compromisso de promover o Desenvolvimento Sustentável mediante a reaplicação, a difusão, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação de Tecnologias Sociais (RTS, 2011b).

A Fundação Banco do Brasil - FBB, integrante da RTS, instituiu, em 2001, o programa Banco de Tecnologias Sociais, com o objetivo de difundir experiências que são desenvolvidas por outras instituições na solução de problemas comunitários, as quais, muitas vezes isoladas, não teriam a possibilidade de serem ampliadas. Com o Banco de Tecnologia Social, a Fundação Banco do Brasil promove a aproximação e a socialização de soluções concretas aos problemas sociais brasileiros (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004; FBB, 2011).

Exemplos permitem ilustrar as características e a abrangência da tecnologia social no Brasil: 1) *Complemento alimentar multimistura* – largamente utilizado no Brasil como meio de combate à desnutrição (LASSANCE JR.; PEDREIRA, 2004); 2) *O clássico soro caseiro* – mistura de água, açúcar e sal, que combate a desidratação e reduz a mortalidade infantil (FBB, 2011); 3) *As cisternas de placas pré-moldadas* – atenuam os problemas de acesso à água de boa qualidade à população do semi árido (FBB, 2011).

Com esses exemplos, pode-se afirmar que as TS promovem a transformação social, estão mais sintonizadas com as demandas da sociedade para promover um desenvolvimento participativo e de inclusão social e têm potencial para ser um projeto nacional, com mais apoio governamental, do meio acadêmico, das organizações, para se tornarem maiores, mais fortes e sustentáveis.

6 AS RELAÇÕES ENTRE INOVAÇÃO SOCIAL, TECNOLOGIA SOCIAL, EMPREENDEDORISMO COLETIVO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A melhoria efetiva das condições de vida constitui-se em um dos principais objetivos do desenvolvimento de tecnologias sociais. Por essa razão, pode-se afirmar que as práticas que envolvem tecnologia social encontram-se em sintonia com a definição de inovação social que, segundo Taylor (1970), Mulgan *et al.* (2006), André e Abreu (2006), Castor (2007) e Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008), refere-se a atividades e serviços inovadores, que visam e geram mudança social, que se difundem predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o desenvolvimento social.

Assim, é possível relacionar os conceitos de tecnologia social, inovação social e empreendedorismo coletivo (neste estudo, representado pelo modelo de gestão cooperativo e pela intercooperação), pois a proposta comum está centrada na ideia de transformação social, de desenvolvimento comunitário sustentável, nos quais as necessidades são mais urgentes, o que condiz com a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, quadro 1.

Relação entre:	Pressupostos básicos comuns
Desenvolvimento Sustentável	✓ Satisfazer as necessidades humanas; participação igualitária nos recursos;
Empreendedorismo coletivo	✓ Integração coletiva; preservação ambiental simultaneamente com desenvolvimento econômico, social e político-institucional; ideia de equidade social;
Inovação social	✓ Fortalecimento de empreendimentos coletivos; geração de emprego; distribuição dos recursos;
Tecnologia social	✓ Novas maneiras de fazer as coisas com o propósito explícito de responder às necessidades sociais;
Modelo de gestão cooperativo	✓ Transformação social;
	✓ Visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
	✓ Promoção do bem-estar.

Quadro 1 - Pressupostos básicos comuns entre inovação social, tecnologia social, empreendedorismo coletivo e Desenvolvimento Sustentável, destacados pela literatura analisada.

Fonte: síntese das autoras

Considerando-se os pressupostos elencados no quadro 1, apresenta-se, na figura 2, a construção da proposição teórica do presente estudo. A perspectiva, aqui, é que as teorias expostas permitam observar a presença de inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos, que culmine na formação de um framework, demonstrando, a partir dessa observação, a contribuição dessas temáticas para o Desenvolvimento Sustentável.

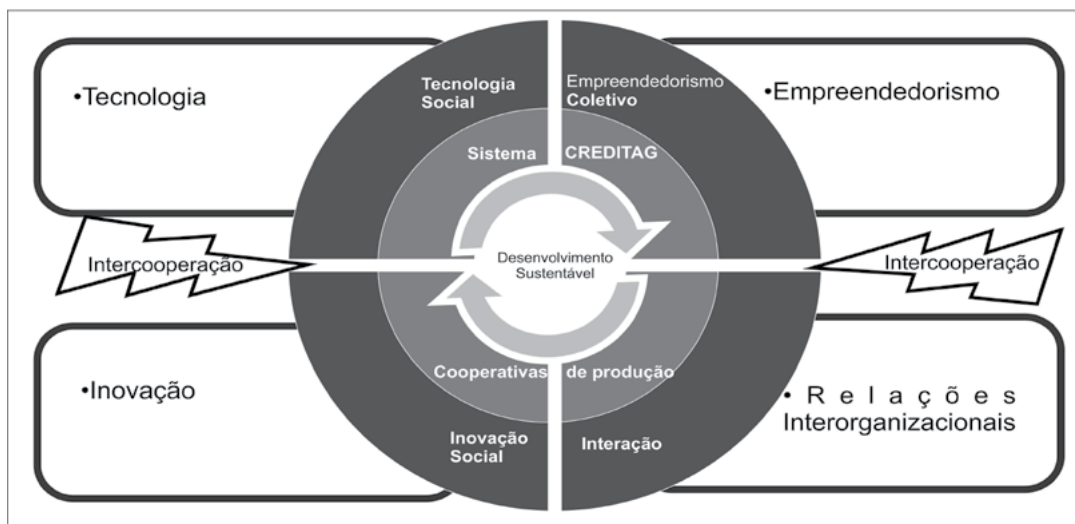


Figura 2 - Framework da proposição teórica

Fonte: elaborado pelas autoras

A proposta de framework, figura 2, evidencia, nos quadrantes, as temáticas tecnologia, empreendedorismo, inovação e relacionamentos interorganizacionais, consideradas vitais para desenvolvimento convencional capitalista. Tecnologia, na perspectiva de progresso econômico e humano, é instrumento de suporte à competitividade. Empreendedorismo, como força de inovação, é geração de valor econômico, expansão de mercados a partir de novas ideias. Inovação é apresentada como condutora de desenvolvimento, de vantagem competitiva pela geração de lucros com redução de custos. E os relacionamentos interorganizacionais, na integração de empresas, para gerar mais competitividade e expandir mercados.

A busca pela harmonia da relação entre o desenvolvimento, o meio ambiente e a justiça social, visando a reduzir os impactos negativos, levou à necessidade de conciliação entre a utilização dos recursos naturais, a redução dos impactos sociais e o desenvolvimento econômico, com a participação de todos. O Desenvolvimento Sustentável tem como prerrogativa equilibrar o crescimento econômico com os interesses de conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida, objetivando um desenvolvimento inclusivo, humano, economicamente viável e socialmente sustentável.

A intercooperação – se promotora de empreendedorismo coletivo, inovação social e tecnologia social, gerando mais benefícios em termos econômicos, sociais e ambientais para seus participantes e comunidade – constitui-se em uma importante forma de organização coletiva, com condições de contribuir com a proposta de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a segunda parte do framework, esfera preta, evidencia a intercooperação como promotora de Desenvolvimento Sustentável, apoiado no empreendedorismo coletivo, na tecnologia social, inovação social e cooperação, visando à integração econômica, social e ambiental, com promoção de justiça social e preservação ambiental.

O modelo de gestão cooperativo, por empregar valores como ajuda mútua; participação; gestão democrática; solidariedade; prerrogativa de desenvolvimento econômico e social coletivo está em condições de contribuir com a proposta de Desenvolvimento Sustentável, pois promove a inclusão produtiva e social de seus membros, além de ser considerado um ambiente propício à geração de inovação social e tecnologias sociais.

7 METODOLOGIA

Nesta etapa do trabalho, são explicados os principais procedimentos utilizados para desenvolver o estudo.

Fruto do projeto de tese apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, este trabalho se configura como estudo exploratório, o qual segundo Gil (2008) se caracteriza como um estudo que tem por objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, aprimorar, desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, proporcionando visão geral acerca de determinado fato. O estudo está sendo realizado no CREDITAG, com a proposta de analisar a relação de intercooperação entre Cooperativas de Crédito do Sistema CREDITAG com suas associadas, cooperativas de produção agrícola, do Estado de Rondônia. A escolha deu-se pelos seguintes motivos: 1) importância socioeconômica dos empreendimentos cooperativos para os cooperados e para as comunidades circunvizinhas; 2) importância dos empreendimentos coletivos para o Desenvolvimento Sustentável da região; e 3) Capacidade de geração de tecnologias sociais e de inovação social.

Para a consecução dos objetivos propostos, o estudo compõe-se de pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida em 5 etapas: 1ª) estudo bibliográfico – com objetivo de aprofundar conceitos sobre as temáticas abordadas, proporcionando uma visão mais aproximativa do assunto, ainda pouco explorado; 2ª) entrevista informal – foi entrevistado o presidente do Sistema CREDITAG em Rondônia, com o objetivo de coletar dados para obtenção de uma visão geral do problema a ser pesquisado; 3ª) elaboração de roteiro para coleta de dados por meio de entrevista em profundidade – construído a partir do referencial teórico que embasa o estudo, com a finalidade de levantar atributos para elaboração do questionário de pesquisa, de forma que possam ser mensurados em testes estatísticos, na etapa quantitativa; 4ª) entrevista em profundidade – realizou-se 11 entrevistas, que possibilitaram a manifestação espontânea dos entrevistados, cuja finalidade foi de buscar informações a serem incorporadas ao questionário de pesquisa. Triviños (2011) trata a entrevista semiestruturada como sendo um procedimento que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que são de interesse da pesquisa e que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a partir das respostas dos entrevistados; e 5ª) observação – com a finalidade de recolher e registrar os fatos sem a utilização de meios técnicos especiais ou de perguntas diretas, fazendo mais o papel de espectador e coletando os dados diretamente no ambiente real.

De posse do roteiro semiestruturado, na etapa qualitativa foram realizadas 11 entrevistas, envolvendo todos os segmentos que compõem o universo da pesquisa – número considerado satisfatório – cuja finalidade foi de identificar atributos para a elaboração do questionário estruturado para posterior mensuração. Assim, foram entrevistados: 2 representantes de gestores do Sistema CREDITAG; 2 presidentes das cooperativas de crédito e produção; 6 cooperados; e 1 parceiro, com uma duração média de 50 minutos, o que permitiu conhecer especificidades sobre a relação de intercooperação, ações e mudanças promovidas.

Como se trata de um projeto em andamento, a pesquisa quantitativa está em desenvolvimento e compreende as seguintes etapas: 1ª) elaboração do instrumento de pesquisa a ser aplicado em entrevista pessoal – construído a partir do referencial teórico e da incorporação de atributos identificados na pesquisa em profundidade, os quais serão transformados em várias perguntas de estrutura fechada, que permitam explicar os dados; 2ª) pré-teste do instrumento – com a finalidade de verificar a compreensão verbal, detectando possíveis problemas nas cate-

gorias padronizadas e permitindo, assim, a reformulação para sua validação; 3ª) realização das entrevistas – previamente agendadas com cada membro dos segmentos pesquisados; e 4ª) processamento de dados coletados em campo – por meio de técnicas estatísticas, com a utilização da análise descritiva, bivariada e multivariada.

Pretende-se entrevistar na etapa quantitativa os seguintes segmentos: I – os 5 gestores do sistema CREDITAG em Rondônia; II – os 3 presidentes das cooperativas de crédito e os 3 diretores e/ou responsáveis pelos Pontos de Atendimento Cooperativo – PACs do Sistema CREDITAG (totalizando 6 participantes); III – os 5 presidentes das cooperativas de produção agrícola, cooperadas da CREDITAG; IV – cooperados produtores rurais familiares, sócios dos dois tipos de cooperativas: crédito e de produção (totalizando 139 participantes); e V – os parceiros.

Os dados apresentados neste artigo referem-se à etapa qualitativa, parcialmente desenvolvida, cujos resultados são analisados a seguir.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O sistema CREDITAG é uma instituição financeira autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, constituída e administrada por agricultores da agricultura familiar, articulada com organizações sociais (sindicatos, federação, associações, cooperativas, comunidades, etc.).

Tem como missão fortalecer e estimular a produção dos agricultores familiares rurais e promover a educação financeira, com incentivo à poupança e ao crédito, visando ao Desenvolvimento Sustentável e solidário, para melhoria da qualidade de vida no campo.

A agricultura familiar em contexto local e nacional representa um segmento estratégico e de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico, além de ser um espaço propício para o desenvolvimento de projetos que contemplem a valorização do ser humano e os cuidados com o meio ambiente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Agropecuário 2006, no Brasil, existem 5,1 milhões de agricultores familiares. O Estado de Rondônia possui 87.077 estabelecimentos, destes, 86% são da agricultura familiar, com 75.251 propriedades.

A primeira cooperativa CREDITAG na Região Norte foi instalada no município de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, em 2009. Em Rondônia, o sistema CREDITAG está presente em onze municípios, com três cooperativas e três pontos de atendimento – PAC, juntas perfazem 1.749 cooperados e 8 empregados, distribuídos geograficamente em seus municípios sede.

Os dados coletados nas 11 entrevistas em profundidade permitiram identificar algumas das tecnologias sociais desenvolvidas a partir da relação de intercooperação entre as cooperativas de crédito e produção do sistema CREDITAG: junção das cooperativas de crédito e produção no mesmo Sistema CREDITAG para facilitar a operacionalização; capital de giro a juros mais acessíveis para as cooperativas de produção; crédito consciente; diversas linhas de crédito e financiamentos a juros mais acessíveis (custeio, utensílios de produção, motos, linha de crédito bem-estar familiar com o financiamento de eletrodomésticos, móveis, despesas médicas, outros).

O sucesso de uma atividade profissional ou a criação de um pequeno empreendimento, tornados possíveis pelo acesso ao microcrédito, permite não somente o acesso a uma fonte de rendimento, como também a aquisição de conhecimento e competências ao longo do processo, permite um reforço da autoestima, da valorização pessoal e a substituição de uma atitude de dependência face à ausência de oportunidades por uma de proatividade e autonomia (ANDRÉ; ABREU, 2006). De acordo com o relato dos entrevistados, essas tecnologias têm proporcionado: melhoria da autoestima da mulher; melhoria na renda do cooperado; ajuda na superação das dificuldades; incentivo à agricultura familiar; atendimento igualitário e mais inclusivo.

Outro resultado enfatizado pelos entrevistados com relação à intercooperação é a integração de pessoas para a conquista de objetivos comuns e o crescimento da organização social; além do fortalecimento das cooperativas, gerando mais opções ao produtor no momento da compra e da venda, livrando-o da dependência do atravessador. Segundo Sachs (2008), o fortalecimento dos empreendimentos coletivos promove o emprego e o autoemprego pela reinserção das pessoas no processo produtivo.

Além dos resultados em termos de acesso ao crédito, compra e venda, a relação de intercooperação despertou, nos cooperados, a necessidade de estar informado. Um dos entrevistados destacou: “entendo de produção e não de crédito, precisei ler e buscar informações e novos conhecimentos para melhorar minha participação nas cooperativas”. O interesse pela informação pode produzir outros resultados, como a descoberta de novas habilidades e o incentivo à participação, o que abre espaço para novas ideias e, por extensão, gera inovações e estimula o empreendedorismo, essencial para a perpetuação da relação (LÈVESQUE, 2004; NOVKOVIC, 2008).

Já, os problemas vivenciados estão relacionados à falta de conhecimento e de informação sobre a relação entre as cooperativas. Para equacionar esses problemas, foi contratada uma assessoria para as cooperativas de produção e foi feito um trabalho de conscientização em reuniões. Lago (2009), nas sugestões apontadas para resolução de problemas em relacionamentos intercooperativos, destacou como importante a introdução de ações efetivas na melhoria da comunicação, mecanismo que traz mais transparência e aumenta o nível de confiança.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a apresentar uma proposta de framework que permita observar a presença de inovação social, tecnologias sociais e empreendedorismo coletivo em relacionamentos intercooperativos. Dado o framework proposto, observa-se teoricamente que os objetivos que envolvem inovação social, tecnologia social e empreendedorismo coletivo – neste estudo representado pela intercooperação, princípio do modelo de gestão cooperativo – são comuns e podem contribuir com a operacionalização do Desenvolvimento Sustentável, pois buscam promover a satisfação das necessidades humanas, integração coletiva, preservação ambiental, simultaneamente com desenvolvimento econômico e social, equidade social, geração de emprego e renda.

A partir da análise dos dados, foram identificadas as tecnologias sociais desenvolvidas por meio da intercooperação entre cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG e suas associadas, as cooperativas de produção. Observa-se, também, uma motivação para o empreendedorismo coletivo, no qual a intercooperação está promovendo, nos cooperados, estímulos e iniciativas para melhoria da qualidade de vida, gerando mais oportunidades, despertando para novas habilidades e novos conhecimentos.

No entanto, como a segunda etapa da pesquisa está prevista para ser realizada em junho e julho de 2012, na qual será mensurada a percepção de todo o universo da pesquisa, os resultados obtidos na fase inicial não permitem afirmar a presença de inovação social. Todavia, a relação de intercooperação estudada projeta-se como um importante processo de inovação social.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Isabel; ABREU Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, pp. 121-141, 2006,. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf> Acesso em: 21 mai. 2011.
- BAGHERI, Ali; HJORTH, Peder. Planning for Sustainable Development: a Paradigm Shift Towards a Process-Based Approach. **Sustainable Development**, 15, pp. 83–96, 2007.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Inovação social e desenvolvimento. In. FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).
- CHILD, John; FAULKNER, David; TALLMAN, Stephen. **Cooperative strategy**: managing alliances, networks and joint ventures. Oxford University Press: second edition, 2005.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2003.
- DAGNINO, Renato Peixoto. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social**. Uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. A tecnologia social no Brasil. In. **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. DAGNINO, Renato Peixoto (Org.) Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.
- DAGNINO, Renato Peixoto; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.
- FBB - FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de tecnologias sociais**. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/>> Acesso em: 29 dez. 2011.
- FLEURY, Sônia. Observatório da inovação social. VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 5-9 Nov. 2001.
- FONSECA, Rodrigo. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável**: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.
- GALERANI, Jair; BASTIANI, Ivoneti C. Rigon. A intercooperação como opção estratégica para a manutenção e crescimento dos negócios cooperativos. **Perspectiva Econômica – Série cooperativismo**. São Leopoldo, v.37, n.119, p. 39-64, jul./set. 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, Malden, v. 13, n. 1, p. 38-52, Feb. 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.244/pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- IBGE. Censo agropecuário 2006, Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf> Acesso em: 12 nov. 2011.
- ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Caderno tecnologia social**: conhecimento e cidadania. ITS, fev. 2007.
- IYER-RANIGA, Usha; TRELOAR, Graham. A Context for Participation in Sustainable Development. **Environmental Management**,

Vol. 26, No. 4, pp. 349–361, 2000.

LAGO, Adriano. Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário. **TESE** (Doutorado em Agronegócios) 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LASSANCE JR., Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento** / Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

LEITE, João Salazar. **Princípios cooperativos**. Cases, 2010. Disponível em: <http://www.cases.pt/atividades/estudos-e-publicacoes> Acesso em: 10 abr. 2012.

LÈVESQUE, Benoît. Empreendedor coletivo e economia social: outra forma de empreender. **Revista virtual de gestão de iniciativas sociais**. 1a. primeira, p. 44-64, out-2004. Disponível em: <http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores/rvgis2.pdf> Acesso em: 8 jul. 2011.

MASERA, Omar; ASTIER, Marta; LÓPEZ-RIDAURA, Santiago. **Sustentabilidade y manejo de recursos naturales**. El marco de evaluación MESMIS. México, 2000.

MAUERHOFER, Volker. 3-D Sustainability: an approach for priority setting in situation of conflicting interests towards a Sustainable Development. **Ecological Economics**. Vol. 64, pp. 496-506, 2008.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Asses Rev**, n.18, pp. 493–520, 1998.

MELO NETO, Francisco de Paulo de; FROES César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MORALES GUTIÉRREZ, Alfonso Carlos. **Innovación social: un ámbito de interés para**

los servicios sociales. EKAINA, Junio, 2009. Universidad de Córdoba. Disponível em: <http://www.zerbitzuan.net/documentos/zerbitzuan/12.pdf> Acesso em: 2 jul. 2011.

MOULAERT, F. *et al.* Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, Geoff et al. **Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. OXFORD said Business School, 2006. Disponível em: http://www.youngfoundation.org/files/images/03_07_What_it_is__SAID.pdf Acesso em: 06 jul. 2011.

NOVKOVIC, Sonja. Defining the co-operative difference. **The Journal of Socio-Economics**, vol. 37, pp. 2168–2177, 2008.

OCB-ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Princípios do cooperativismo**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp> Acesso em: 20 nov. 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEDROZO, Eugênio Ávila; SILVA, Tânia Nunes da. Cooperativa, uma organização diferenciada rumo à sustentabilidade. **ANÁLISE**. Porto Alegre. V 10, n. 2, p. 47-74, 1999.

PEREIRA, Breno Augusto Diniz *et al.* Desistência da cooperação e encerramento de redes interorganizacionais: em que momento essas abordagens se encontram? **Revista de Administração e Inovação**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 62-83, jan./mar. 2010.

PHILLS JR., James A.; DEIGMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, p. 34-43, 2008.

ROBÈRT, Karl-Henrik. Tools and concepts for sustainable development, how do they relate to a general framework for sustainable

- development, and to each other? **Journal of Cleaner Production**, Vol. 8, p. 243-254, 2000.
- ROBINSON, John. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, V. 48, p. 369-384, 2004.
- ROLLIN, J.; VICENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Université du Québec, 2007.
- RTS. Rede de tecnologia social **Conceito de tecnologia social**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>> Acesso em: 01 dez. 2011a.
- _____. **Instituições integrantes**. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/integrantes/todas-as-instituicoes>> Acesso em: 29 dez. 2011b.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- _____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- _____. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. In. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (Orgs). **Ideias Sustentáveis – Primeiras Intervenções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo; FRANTZ, Walter. Movimento cooperativo: processo de Inclusão social de agricultores familiares. **V encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo**. Agosto de 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/045schonardie_df> acesso em: 5 jan. 2012.
- SILVA, Josenildo de Souza e (ORG.). **Pernambuco: construção participativa e regional da legislação ambiental de Pernambuco**. Recife: Editora: Gráfica Santa Maria, 2010.
- SILVA, Tania Nunes da; LENGELER, Letícia. Sustentabilidade, empreendedorismo e cooperação em associações de apicultores da região central do Rio Grande do Sul. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.2, n.2, p.40-57, 2008.
- TAYLOR, JAMES B. Introducing Social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 6, n. 1, pp. 69-77, March 1970.
- THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In. OTTERLOO, Aldalice *et al.* **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade – Brasília/DF: s.n, 2009.**
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.
- WCED - World Commission on Environmental and Development. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- WESTLEY, Frances. The social innovation dynamic. **Papers on Social Innovation**, Waterloo, Oct. 2008. Disponível em: <http://sig.uwaterloo.ca/sites/default/files/documents/TheSocialInnovationDynamic_001_0.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.